



Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

03 DEZ 2013

Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA

Assembleia Legislativa

03 DEZ 2013

Protocolo:

452/13

Processo:

452/13

PROJETO DE LEI

Nº

125/13

AUTOR: DEP. CLÁUDIO CARVALHO

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE
DE INFECÇÕES HOSPITALARES NO ÂMBITO DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar no âmbito do Estado de Rondônia o Programa de Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares.

Art. 2º - O Programa de Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares poderá promover ações de conscientização e prevenção, ministrando cursos, palestras, esclarecimentos e orientações sobre infecções hospitalares aos pacientes, familiares e profissionais de saúde da rede pública e particular no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com instituições para que sejam elaboradas campanhas publicitárias de divulgação, esclarecimentos e difusão do Programa de Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correção por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário das deliberações, 14 de novembro de 2013.

CLÁUDIO CARVALHO
Deputado Estadual/ PT



PROTOCOLO	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.		Nº
		PROJETO DE LEI	
AUTOR: DEP. CLÁUDIO CARVALHO			
<p style="text-align: center;"><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>O dia Nacional do Controle das Infecções Hospitalares é comemorado todos os anos no dia 15 de maio. A infecção hospitalar é definida pela Portaria MS nº 2616 de 12/05/1998 como “aquela adquirida após a admissão do paciente e que se manifeste durante a internação ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares”. As Infecções Hospitalares (IH) são complicações <u>relacionadas à assistência à saúde</u> e se constituem na principal causa de morbidade e mortalidade hospitalar, gerando prejuízos aos usuários, à comunidade e ao Estado. A verdade é que no nosso dia a dia, dentro desse contexto da prestação de serviço à saúde temos algumas perguntas que precisam de resposta: o que significa a infecção hospitalar? Quais as causas? Como prevenir a infecção hospitalar? A quem cabe a missão de prevenir e controlar a infecção hospitalar? Quais mecanismos de regulação e controle de serviços e produtos o poder público se utiliza?</p> <p>O Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) verificando a fragilidade das medidas tomadas até então emitiu uma recomendação em 2012 à Secretaria Estadual de Saúde - SESAU para que aquela secretaria adotasse três providências, sendo: i - constituir uma comissão e manter programa de controle de infecções hospitalares em todos os hospitais de sua responsabilidade; ii - realizar inspeção sanitária em todos os hospitais existentes no estado para avaliação da qualidade das ações de controle de infecção hospitalar e, iii – fazer a divulgação, em seu sítio na Internet, de todos os indicadores epidemiológicos. Na recomendação a Procuradora da República Lucyana Pepe informou “que todos os hospitais do país são obrigados a manter um programa de controle de infecções hospitalares e constituir comissão de profissionais para executá-lo”. Nestes exatos termos temos Decreto do MS nº 77.052 de 19/01/1976, em que em seu Artigo 2º, Item IV já havia determinado “<u>que nenhuma instituição hospitalar pode funcionar no plano administrativo se não dispuser de meios de proteção capazes de evitar efeitos nocivos à saúde dos agentes, pacientes e circunstantes</u>” (grifo nosso). A fiscalização é responsabilidade dos</p>			



PROTOCOLO	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.	
	PROJETO DE LEI	Nº

AUTOR: DEP. CLÁUDIO CARVALHO

órgãos estaduais, “que devem avaliar as condições de exercício das profissões e ocupações técnicas e auxiliares diretamente relacionadas com a saúde”.

Na verdade o aparecimento das infecções hospitalares é tão antigo quanto o surgimento dos hospitais¹. Segundo o estudo de Concílio de Nicéia, (...) *os hospitais eram construídos próximos às catedrais, caracterizando uma função caritativa, de assistência aos pobres, inválidos, peregrinos e doentes. Esses espaços de segregação e de exclusão, similares a albergues ou asilos, eram considerados fonte inesgotável de doença devido às características sanitárias e de assistência precárias, não se fazendo presentes, portanto, nem o médico e nem a atividade terapêutico*². (...) *Não dispunham de nenhuma forma de sistematização assistencial que evitasse os contágios entre as pessoas ali assistidas, favorecendo a disseminação de doenças, especialmente as de caráter infeccioso*². Por terem caráter social, os hospitais não eram utilizados pelas famílias mais abastadas. Estas realizavam os cuidados e a assistência aos seus enfermos no próprio domicílio. Até meados do Século XVIII, o hospital não era um local para o doente se curar e sim um local para assistência aos pobres que estavam morrendo² (grifamos).

O que verificamos é um repetir mais comedido do passado. A afirmação de que o hospital naquela época não era um local para o doente se curar e sim um local para assistência aos pobres que estavam morrendo, nos faz visualizar os corredores do HPS João Paulo II.

O descumprimento do exercício atribuído ao agente público implica na desconsideração e responsabilidade que lhe foi imputada, e **PASSA A SE CONSTITUIR** na obrigação legal do Estado de promover a indenização dos prejuízos causados em razão da não execução das atividades públicas inerentes às suas atribuições.

¹ - Ressalte-se que a utilização do termo “hospital” é na verdade por conveniência do próprio texto, isto porque esta denominação não era aplicada aqueles tipos de instituições no início de sua existência. ² - Foucault M. Microfísica do poder. 10ª edição. São Paulo: Graal; 1999.



PROTOCOLO	Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.		Nº
	PROJETO DE LEI		
AUTOR: DEP. CLÁUDIO CARVALHO			
<p>Este projeto de lei visa assegurar a ampla divulgação de ações necessárias que deem o conhecimento à sociedade como usuária DA saúde e carente DE saúde. Há necessidade de uma política de controle de infecção efetiva e que vá além do hospital. Requer mecanismos legais e normativos que envolva a população usuária dos serviços, tornando-a partícipe no processo sendo necessário refletir sobre todas as estratégias possíveis que possam vir alterar esse quadro da saúde em nosso Estado, sendo estes os motivos que vimos requerer a aprovação da proposta ora apresentada.</p> <p> CLÁUDIO CARVALHO Dep. Estadual/PT</p>			